

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.528 - TO (2018/0333234-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : T A DA S (PRESO)
RECORRENTE : R S C (PRESO)
ADVOGADO : PEDRO ELOI SOARES E OUTRO(S) - DF001586A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

EMENTA

RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CUSTÓDIA PREVENTIVA MANTIDA NA PRONÚNCIA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CAUTELARES DIVERSAS. INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA. CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. PREJUDICIALIDADE. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NÃO PROVIDO.

1. Verifica-se a prejudicialidade do recurso no que tange à primeira recorrente, pois foi beneficiada com a concessão de prisão domiciliar pelo Juízo de primeiro grau.

2. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

3. São idôneas as razões invocadas pelo Juízo de origem para embasar a ordem de prisão do recorrente, ao mencionar a gravidade e a extrema violência do delito em apuração – homicídio precedido de graves lesões físicas e psicológicas contra a vítima, entre as quais a amputação das mãos, além da posterior decapitação do ofendido, tudo em razão de dívidas oriundas do tráfico de drogas –, circunstâncias suficientes, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a custódia cautelar.

4. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não é adequada na hipótese, diante da gravidade da conduta em tese perpetrada (art. 282, II, do Código de Processo Penal).

5. Recurso conhecido em parte e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nesta parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**